



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARECER

COM(2012)781

**RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E
AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a execução, os resultados e a
avaliação global do Ano Europeu do Voluntariado (2011)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias, aprovada em 20 de janeiro de 2010, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a execução, os resultados e a avaliação global do Ano Europeu do Voluntariado (2011) [COM(2012)781].

A supra identificada iniciativa foi enviada à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação atento o respetivo objeto, a qual analisou a referida iniciativa e aprovou o Relatório que se anexa ao presente Parecer, dele fazendo parte integrante.

PARTE II – CONSIDERANDOS

1. Em geral

De acordo com a decisão que institui o Ano Europeu do Voluntariado (2011), o relatório em apreciação, oferece uma visão geral da execução, dos resultados e das principais realizações desta iniciativa, baseada nas conclusões de uma avaliação externa.

Em 2009, a proposta da Comissão de proclamar 2011 como «Ano Europeu das Atividades de Voluntariado que Promovam uma Cidadania Ativa» (a seguir, designado por «AEV2011») foi apoiada pelo Parlamento Europeu e o Conselho.

Dez anos depois do “Ano Internacional dos Voluntários de 2001 das Nações Unidas”, surgiu o AEV2011 com o intuito de responder às expectativas da sociedade civil e mobilizar as partes interessadas do setor do voluntariado nos Estados-Membros para a promoção do trabalho voluntário como expressão da participação cívica.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

De acordo com o Relatório em apreço “a iniciativa mostrou que os europeus estão empenhados na defesa dos valores da solidariedade, da justiça e da inclusão e que as instituições europeias têm um papel a desempenhar na dinamização do voluntariado.”

2. Principais Aspetos

Convém destacar na análise do presente relatório, os seus objetivos e os resultados que apresentaram.

No que concerne aos primeiros, o presente Relatório o AEV2011 teve como objetivo geral “apoiar os esforços desenvolvidos pelas autoridades nacionais, locais e regionais, no sentido de melhorarem as condições e reforçarem a visibilidade das atividades de voluntariado na União Europeia” e como objetivos específicos:

- Criar um ambiente propício ao voluntariado na UE, a fim de consolidar a prática do voluntariado no âmbito das iniciativas destinadas a promover a participação cívica;
- Dar meios aos organizadores de atividades de voluntariado para melhorar a qualidade das mesmas;
- Reconhecer as atividades de voluntariado;
- Sensibilizar as pessoas para o valor e a importância do voluntariado.

Relativamente aquilo que foram os resultados do AEV2011, importa referir que este, tendo vindo dar uma continuidade natural ao anterior Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social (2010), teve um impacto positivo no setor do voluntariado, tanto a nível europeu como Nacional.

Os objetivos e as atividades desta iniciativa foram relevantes e os resultados bem sucedidos na consecução dos objetivos fixados em todos os Estados-Membros, embora o impacto tenha variado de acordo com cada contexto nacional específico.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

O Relatório em análise destaca como resultados mais significativos:

- ✓ A necessidade de garantir um enquadramento jurídico apropriado para desenvolver um voluntariado de qualidade;
- ✓ O AEV2011 catalisou a introdução de várias mudanças políticas, tanto a nível europeu como nacional o que originou a adoção de um importante número de documentos políticos em 2011:
 - COM (2011) 568 final de 20.9.2011 - Comunicação sobre as Políticas da UE e o Voluntariado: Reconhecer e Promover as Atividades de Voluntariado Transfronteiras na UE;
 - Conclusões do Conselho sobre, o papel das atividades de voluntariado no desporto na promoção da cidadania ativa, de 28-29.11.2011;
 - Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões —Comunicação sobre as Políticas da E e o Voluntariado: Reconhecer e Promover as Atividades de Voluntariado Transfronteiras na DE», de 28.3.2012;
 - O Ano 2012 — Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, retomou o tema do voluntariado, promovendo o voluntariado sénior. uma das suas principais ações, o *European Seniorforce Day*, procurou incentivar as autoridades locais e as organizações de voluntariado a desenvolverem novas formas de participação da população idosa nas atividades de voluntariado;
 - Em 2013, o Ano Europeu dos Cidadãos deverá também basear-se nos resultados alcançados pelo AEV2011;
 - No âmbito da estratégia «Europa 2020»: as iniciativas «Juventude em Movimento» e «Agenda para Novas Competências e Empregos», no âmbito da estratégia «Europa 2020»;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

- O «Passaporte Europeu de Competências», um documento eletrónico que permitirá aos cidadãos apresentar as competências e qualificações adquiridas em contextos de aprendizagem formais e/ou não formais, deverá também incluir as competências adquiridas através do voluntariado;
- O Serviço voluntário Europeu (SVE) do programa Juventude em Ação, o programa Europa para os Cidadãos e o programa Grundtvig, e o futuro programa no domínio da educação continuarão a apoiar o trabalho voluntário;
- Em 2014, após três anos de ações preparatórias, será criado um Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária («*EU Aid Volunteers*»);
- Diversas iniciativas em curso para integrar o voluntariado nas diferentes políticas da UE, nomeadamente a nova estratégia da UE no domínio da responsabilidade social das empresas para o período de 2011-2014.

A prática do voluntariado foi reconhecida por todos os Estados-Membros apesar das suas posições divergirem quanto ao contributo da regulamentação para a sua realização:

- Doze países já dispunham de um quadro normativo específico para o setor do voluntariado no início do AEV2011 (BE, CY, CZ, HU, IT, LV, LU, MT, PL, PT¹, RO e ES);
- Outros doze países, regia este setor por outras leis gerais existentes (AT, DK, EE, FI, FR, DE, GR, IE, LT, NL, SE e UK);
- Em 2011, foi instituído, pela primeira vez, um quadro normativo específico na República Eslovaca, na Eslovénia e na Lituânia;

¹ Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, e Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

- Na Bulgária, foi elaborada uma lei sobre o voluntariado em 2011 e aprovada em 2012;
- A Polónia adotou uma nova estratégia para o voluntariado;
- A Áustria reviu a legislação aplicável neste domínio;
- Portugal tem desenvolvido medidas de apoio de divulgação e de promoção do voluntariado, nomeadamente, no âmbito do Plano de Emergência Social.

Durante o AEV2011 foram dados meios às organizações de voluntariado sob diversas formas:

- O *website* do AEV2011 na Internet contribuiu significativamente para valorizar as organizações de voluntariado e reforçar as parcerias entre estas organizações;
- O AEV2011 facilitou grandemente a criação de redes e a cooperação entre as partes interessadas desta iniciativa e conseguiu dar voz à sociedade civil;
- A criação de uma plataforma única capaz de coordenar as atividades da sociedade civil e os contributos políticos foi uma solução eficaz para cooperar com a sociedade civil e atingir centenas de milhares de voluntários e potenciais voluntários;
- A médio e a mais longo prazo, as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho da Aliança do AEV2011 («EYV2011 Alliance»), que resultaram na elaboração pela sociedade civil de uma Agenda Política para o Voluntariado na Europa, deverão ser eficazes na melhoria da qualidade da gestão do voluntariado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Assistiu-se ao reconhecimento das atividades de voluntariado, desenvolvendo numerosas iniciativas de atribuição de prémios e de cerimónias em toda a UE, destinadas a homenagear e a agradecer o trabalho dos voluntários;

A sensibilização dos cidadãos para o valor do voluntariado obteve-se através da campanha europeia e de campanhas nacionais de comunicação. Em muitos Estados-Membros, a campanha europeia permitiu complementar as atividades sensibilização já existentes, disponibilizando recursos adicionais. Além disso, o AEV2011 beneficiou de uma ampla cobertura pela imprensa escrita e eletrónica.

3. Aspetos relevantes

Seria importante destacar que ao nível de execução do AEV2011, o orçamento total consagrado às atividades realizadas a nível europeu e nos 27 Estados-Membros da EU, em 2011, atingiu o montante de 7 700 milhões de euros.

Refere também que em 2010, 'foi disponibilizado um orçamento separado de 2 994 milhões de euros para ações preparatórias, a fim de desenvolver campanhas de informação e de comunicação do AEV2011 e criar uma estrutura de coordenação reunindo as principais partes interessadas a nível europeu.'

Ao nível de execução do AEV2011 nos Estados-Membros, os organismos nacionais de coordenação receberam um total de 3 549 milhões de euros para coordenarem as atividades do AEV2011, em consonância com os respetivos programas de trabalho nacionais, desenvolvidos por cada organismo e aprovados pela Comissão Europeia.

Em cada país, 20 % do montante recebido teve de ser assegurado por cofinanciamento, embora em alguns países esse contributo tenha sido superior ao mínimo exigido.

Nos Estados-Membros, foram desenvolvidas numerosas atividades a diferentes níveis (nacional, regional e local), incluindo:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

- ✓ Ações de sensibilização (campanhas de comunicação, eventos de projeção, concursos e cerimónias de atribuição de prémios, *websites* da Internet, brochuras, artigos promocionais, divulgação nos meios de comunicação social e nas redes sociais, etc.);
- ✓ Debates (conferências, seminários, reuniões, etc.);
- ✓ Atividades académicas (investigação, estudos, publicações, etc.).

As campanhas de comunicação nacionais tiveram um forte impacto, sobretudo pela sua adequação aos diferentes contextos nacionais. A cooperação com os gabinetes das representações da Comissão nos Estados-Membros e com a rede Europe Direct ajudou a atingir um público mais vasto.

O financiamento do AEV2011 permitiu complementar os programas nacionais existentes e as atividades desenvolvidas na área do voluntariado e contribuiu para a valorização da sua dimensão europeia. Foram identificados muitos exemplos de boas práticas e ações inovadoras aos níveis nacional e local.

4. Princípio da Subsidiariedade

Não se verifica.

PARTE III – PARECER

Em face dos considerandos expostos e atento o Relatório da comissão competente, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que:

1. Relativamente à presente iniciativa não cabe a apreciação do cumprimento do Princípio da Subsidiariedade;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

2. No que concerne as questões suscitadas nos considerandos, a Comissão de Assuntos Europeus dá por terminado o processo de escrutínio;

Palácio de S. Bento, 24 de abril de 2013

O Deputado Autor do Parecer

(Rui Barreto)

O Presidente da Comissão

(Paulo Mota Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE IV – ANEXO

Relatório da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação.



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

Parecer

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a execução, os resultados e a avaliação global do Ano Europeu do Voluntariado (2011)

[COM (2012) 781]

Autora: Deputada

Odete Silva



ÍNDICE

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

PARTE II – CONSIDERANDOS

PARTE III - CONCLUSÕES

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

No quadro do acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, foi distribuído à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação a iniciativa europeia COM (2012) 781 – Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a execução, os resultados e a avaliação global do Ano Europeu do Voluntariado (2011).

O presente relatório oferece uma visão geral da execução, dos resultados e das principais realizações do Ano Europeu do Voluntariado, baseada nas conclusões de uma avaliação externa.

PARTE II – CONSIDERANDOS

1. Contexto

i. Introdução

Em 2009, o Parlamento Europeu e o Conselho apoiaram a proposta da Comissão de proclamar 2011 como «Ano Europeu das Atividades de Voluntariado que Promovam uma Cidadania Ativa» (a seguir, designado por «AEV2011»).

O AEV2011 surgiu dez anos depois do “Ano Internacional dos Voluntários de 2001 das Nações Unidas”, com o intuito de responder às expectativas da sociedade civil e mobilizar as partes interessadas do setor do voluntariado nos Estados-Membros para a promoção do trabalho voluntário como expressão da participação cívica.

De acordo com o Relatório em apreciação “ *a iniciativa mostrou que os europeus estão empenhados na defesa dos valores da solidariedade, da justiça e da inclusão e que as instituições europeias têm um papel a desempenhar na dinamização do voluntariado.*”

ii. Objetivos do AEV2011

Segundo o presente Relatório o AEV2011 teve como objetivo geral “ apoiar os esforços desenvolvidos pelas autoridades nacionais, locais e regionais, no sentido de melhorarem as condições e reforçarem a visibilidade das atividades de voluntariado na União Europeia” e como objetivos específicos:

- ✓ Criar um ambiente propício ao voluntariado na UE, a fim de consolidar a prática do voluntariado no âmbito das iniciativas destinadas a promover a participação cívica;
- ✓ Dar meios aos organizadores de atividades de voluntariado para melhorar a qualidade das mesmas;
- ✓ Reconhecer as atividades de voluntariado;
- ✓ Sensibilizar as pessoas para o valor e a importância do voluntariado.

iii. Resultados do AEV2011

O AEV2011, que veio dar uma continuidade natural ao anterior Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social (2010), teve um impacto positivo no setor do voluntariado, tanto a nível europeu como Nacional.

Os objetivos e as atividades desta iniciativa foram relevantes e os resultados bem-sucedidos na consecução dos objetivos fixados em todos os Estados-Membros, embora o impacto tenha variado de acordo com cada contexto nacional específico.

O Relatório em análise destaca como resultados mais significativos:

- ✓ A necessidade de garantir um enquadramento jurídico apropriado para desenvolver um voluntariado de qualidade;
- ✓ O AEV2011 catalisou a introdução de várias mudanças políticas, tanto a nível europeu como nacional o que originou a adoção de um importante número de documentos políticos em 2011:
 - ✚ COM (2011) 568 final de 20.9.2011 - Comunicação sobre as Políticas da UE e o Voluntariado: Reconhecer e Promover as Atividades de Voluntariado Transfronteiras na EU;
 - ✚ Conclusões do Conselho sobre, o papel das atividades de voluntariado no desporto na promoção da cidadania ativa, de 28-29.11.2011;
 - ✚ Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões –Comunicação sobre as Políticas da UE e o Voluntariado: Reconhecer e Promover as Atividades de Voluntariado Transfronteiras na UE», de 28.3.2012;
 - ✚ O Ano 2012 – Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, retomou o tema do voluntariado, promovendo o voluntariado sénior. Uma das suas principais ações, o European Seniorforce Day, procurou incentivar as autoridades locais e as organizações de voluntariado a desenvolverem novas formas de participação da população idosa nas atividades de voluntariado;
 - ✚ Em 2013, o Ano Europeu dos Cidadãos deverá também basear-se nos resultados alcançados pelo AEV2011;
 - ✚ No âmbito da estratégia «Europa 2020»: as iniciativas «Juventude em Movimento» e «Agenda para Novas Competências e Empregos», no âmbito da estratégia «Europa 2020»;
 - ✚ O «Passaporte Europeu de Competências», um documento eletrónico que permitirá aos cidadãos apresentar as competências e qualificações adquiridas em contextos de aprendizagem formais e/ou não formais,

deverá também incluir as competências adquiridas através do voluntariado;

- ✚ O Serviço voluntário Europeu (SVE) do programa Juventude em Ação, o programa Europa para os Cidadãos e o programa Grundtvig, e o futuro programa no domínio da educação continuarão a apoiar o trabalho voluntário;
- ✚ Em 2014, após três anos de ações preparatórias, será criado um Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária («EU Aid Volunteers»);
- ✚ Diversas iniciativas em curso para integrar o voluntariado nas diferentes políticas da UE, nomeadamente a nova estratégia da UE no domínio da responsabilidade social das empresas para o período de 2011-2014.

✓ A prática do voluntariado foi reconhecida por todos os Estados-Membros apesar das suas posições divergiram quanto ao contributo da regulamentação para a sua realização:

- ✚ Doze países já dispunham de um quadro normativo específico para o setor do voluntariado no início do AEV2011 (BE, CY, CZ, HU, IT, LV, LU, MT, PL, PT, RO e ES);
- ✚ Outros doze países, regia este setor por outras leis gerais existentes (AT, DK, EE, FI, FR, DE, GR, IE, LT, NL, SE e UK);
- ✚ Em 2011, foi instituído, pela primeira vez, um quadro normativo específico na República Eslovaca, na Eslovénia e na Lituânia;
- ✚ Na Bulgária, foi elaborada uma lei sobre o voluntariado em 2011 e aprovada em 2012;
- ✚ A Polónia adotou uma nova estratégia para o voluntariado;
- ✚ A Áustria reviu a legislação aplicável neste domínio;
- ✚ Portugal preparou uma nova lei que deverá ter sido adotada em 2012.

- ✓ Durante o AEV2011 foram dados meios às organizações de voluntariado sob diversas formas:
 - ✚ O sítio Internet do AEV2011 contribuiu significativamente para valorizar as organizações de voluntariado e reforçar as parcerias entre estas organizações;
 - ✚ O AEV2011 facilitou grandemente a criação de redes e a cooperação entre as partes interessadas desta iniciativa e conseguiu dar voz à sociedade civil;
 - ✚ A criação de uma plataforma única capaz de coordenar as atividades da sociedade civil e os contributos políticos foi uma solução eficaz para cooperar com a sociedade civil e atingir centenas de milhares de voluntários e potenciais voluntários;
 - ✚ A médio e a mais longo prazo, as atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho da Aliança do AEV2011 («EYV2011 Alliance»), que resultaram na elaboração pela sociedade civil de uma Agenda Política para o Voluntariado na Europa, deverão ser eficazes na melhoria da qualidade da gestão do voluntariado.

- ✓ Assistiu-se ao reconhecimento das atividades de voluntariado, desenvolvendo numerosas iniciativas de atribuição de prémios e de cerimónias em toda a UE, destinadas a homenagear e a agradecer o trabalho dos voluntários;

- ✓ A sensibilização dos cidadãos para o valor do voluntariado obteve-se através da campanha europeia e de campanhas nacionais de comunicação. Em muitos Estados-Membros, a campanha europeia permitiu complementar as atividades sensibilização já existentes, disponibilizando recursos adicionais. Além disso, o AEV2011 beneficiou de uma ampla cobertura pela imprensa escrita e eletrónica.

iv. **Execução do AEV2011**

O presente Relatório sublinha que o orçamento total consagrado às atividades realizadas a nível europeu e nos 27 Estados-Membros da EU, em 2011, atingiu o montante de 7 700 milhões de euros.

Refere também que em 2010, *“foi disponibilizado um orçamento separado de 2 994 milhões de euros para ações preparatórias, a fim de desenvolver campanhas de informação e de comunicação do AEV2011 e criar uma estrutura de coordenação reunindo as principais partes interessadas a nível europeu.”*

v. **Execução do AEV2011 nos Estados-Membros**

Os organismos nacionais de coordenação receberam um total de 3 549 milhões de euros para coordenarem as atividades do AEV2011, em consonância com os respetivos programas de trabalho nacionais, desenvolvidos por cada organismo e aprovados pela Comissão Europeia.

Em cada país, 20 % do montante recebido teve de ser assegurado por cofinanciamento, embora em alguns países esse contributo tenha sido superior ao mínimo exigido.

- ✓ Nos Estados-Membros, foram desenvolvidas numerosas atividades aos níveis nacional, regional e local, incluindo: ações de sensibilização (campanhas de comunicação, eventos de projeção, concursos e cerimónias de atribuição de prémios, sítios Internet, brochuras, artigos promocionais, divulgação nos meios de comunicação social e nas redes sociais, etc.);
 - ✚ Debates (conferências, seminários, reuniões, etc.);
 - ✚ Atividades académicas (investigação, estudos, publicações, etc.).

- ✓ As campanhas de comunicação nacionais tiveram um forte impacto, sobretudo pela sua adequação aos diferentes contextos nacionais. A cooperação com os gabinetes das representações da Comissão nos Estados-Membros e com a rede Europe Direct ajudou a atingir um público mais vasto;
- ✓ O financiamento do AEV2011 permitiu complementar os programas nacionais existentes e as atividades desenvolvidas na área do voluntariado e contribuiu para a valorização da sua dimensão europeia;
- ✓ Foram identificados muitos exemplos de boas práticas e ações inovadoras aos níveis nacional e local.

PARTE III – CONCLUSÕES

Em face do exposto, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação dá por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente parecer, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto de 2006, ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus para os devidos efeitos.

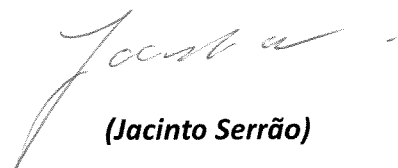
Palácio de S. Bento, 19 de março de 2013

A Deputada Autora do Parecer



(Odete Silva)

O Vice - Presidente da Comissão



(Jacinto Serrão)